

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

PROCESSO: TCE-RJ N° 238.494-5/23

**ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV**

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual de Gestão – Exercício 2022

DESPACHO

(Art. 248, do Regimento Interno, aprovado
pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023)

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, referente ao exercício de 2022, sob a responsabilidade da Sra. Cátia da Silva Ferraz, Diretora-Presidente.

Em análise preliminar, por instrução técnica datada de 05/12/2023, a Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO verificou a ausência de elementos imprescindíveis à análise conclusiva do feito, tendo sido expedido o Ofício Saneador PRS/SSE/CGC nº 35.636/2023, nos termos do art. 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que a responsável apresentasse os esclarecimentos abaixo discriminados:

ESCLARECIMENTOS:

- 1) Quanto às pendências nas conciliações bancárias, conforme Relatório do Responsável pelo Setor Contábil (Peças nº 18);*
- 2) Quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores, no montante de **R\$ 24.478.278,61**;*
- 3) Quanto ao montante de **R\$ 213.707.007,47** registrado no Ativo Financeiro não está em consonância com o correspondente registro de **R\$ 230.555.788,82** evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, resultando uma divergência de **R\$ 16.848.781,35**;*
- 4) Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:*

| Contribuição | Anexo 10 (R\$) | Modelo 34 e 35 (R\$) | Diferença (R\$) |
|--------------|-------------------|--|---------------------|
| Patronal | 17.180.018,91 | 10.547.140,37 + 1.558.175,18 = 12.105.315,55 | 5.074.703,36 |
| Servidor | 7.816.088,78 | 7.186.855,65 | 629.233,13 |

5) Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

6) Quanto não ter ocorrido arrecadação à título de compensação previdenciária no exercício de 2022, uma vez que o RPPS possui convênio com a COMPREV (conforme Estudo Atuarial à Peça n.º 24);

7) Quanto aos gastos com despesas administrativas no valor de **R\$ 984.818,84** ter ultrapassado os parâmetros estabelecidos pela legislação do RPPS (que fixa em 1% para Taxa Administrativa), cujo valor Limite foi de **R\$ 812.260,89**

Em resposta, a jurisdicionada apresentou os elementos constantes dos Docs. TCE-RJ nºs 1991-4/24 e 1994-6/24.

Após reexame, a Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, em instrução de 08/08/2024, sugere o seguinte:

I – COMUNICAÇÃO à Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita, com fulcro no art. 15, inciso I da Deliberação TCE-RJ n.º 338/23 – Regimento Interno do TCE-RJ, para que preste o esclarecimento elencado abaixo, alertando-a para o disposto no art. 63, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90.

1) Quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.478.278,61, apresentando documentação comprobatória.

O douto Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, em parecer datado de 12/08/2024, manifesta-se de acordo com o sugerido pela instrução.

É o Relatório.

Inicialmente, registro que atuo nestes autos nos termos do art. 216 do Regimento Interno deste Tribunal, tendo em vista o Ato Executivo nº 26.183, exarado pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, publicado no DOERJ de 27 de março de 2024.

Ao proceder à análise dos elementos apresentados, em face dos itens questionados, a CAC-GESTÃO manifesta-se da seguinte forma:

ESCLARECIMENTOS:

1) Quanto às pendências nas conciliações bancárias, conforme Relatório do Responsável pelo Setor Contábil (Peça nº 18);

Resposta: (peça 72 - (peça 72 – fls. 01/02) A Jurisdicionada informa que a diferença na Conciliação Bancária tem origem no questionamento 2 deste Ofício, de rubrica “exercícios anteriores”, conforme demonstra.

O saldo contábil no Resumo de Conciliação Bancária (peça 66) monta R\$ 163.446.274,04 enquanto o Resumo das contas bancárias (peça 66) registra o valor de R\$ 187.928.966,72. A dedução entre eles gera, justamente, o valor questionado no item 2 e equivale aos saldos das contas pendentes de correção abaixo demonstrada.

Informa que, por erro operacional administrativo, o setor contábil deixou de registrar na contabilidade a baixa de valores, ocorrendo o mesmo só no âmbito financeiro.

Esclarece que no Resumo de Contas Bancárias nas contas correntes da Caixa Econômica Federal, conta 17-0, apresenta o saldo de R\$ 3.903.800,35, conta 5-6 com saldo de R\$ 20.566.731,75 e Banco Itaú conta 55479-2 com saldo de R\$ 12.160,58. Sendo estes os valores registrados em contas que não mais existem financeiramente, todavia, não foram baixadas nos Registros Contábeis, tendo sido mantidas equivocadamente, pela gestão anterior sob a rubrica “saldos pendentes de correção” no valor total de R\$ 24.482.692,68).

| | | | | | |
|---|--------|------------------------------|----------------------|-------------|-------------|
| Banco: saldos a corrigir conta administrativa 17-0 caixa Agência: 0000 | | | | | |
| anos anteriores | | | | | |
| 111110601000019 | 01 - 0 | saldos pendentes de correção | 3.903.800,35 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 3.903.800,35 | 0,00 | 0,00 |
| Banco: saldos a corrigir conta mesquitaprev 5-6 caixa Agência: 0000 | | | | | |
| anos anteriores | | | | | |
| 111110601000020 | 02 - 0 | saldos pendentes de correção | 20.566.731,75 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 20.566.731,75 | 0,00 | 0,00 |
| Banco: saldos a corrigir ITAU S/A 55479-2 Agência: 0000 | | | | | |
| anos anteriores | | | | | |
| 111110601000028 | 03 - 0 | saldos pendentes de correção | 12.160,58 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 12.160,58 | 0,00 | 0,00 |

Aduz que, na prática, são contas que possuem valores registrados contabilmente não mais existentes na esfera financeira, conforme exposto acima.

Esclarece que, por cálculo aritmético, excluído o montante das contas (R\$ 24.482.692,68) do Resumo de contas bancárias, haverá equivalência e regularidade nas conciliações bancárias.

Análise: Foi encaminhado o resumo da conciliação bancária relativo a dezembro/2022, com o saldo contábil de R\$163.446.274,04 (peça 66 – fls.02/06), bem como o resumo das contas bancárias, onde se observa que os saldos das contas correntes da Caixa Econômica Federal, conta 17-0, saldo de R\$ 3.903.800,35, conta 5-6, saldo de R\$ 20.566.731,75 e Banco Itaú conta 55479-2, saldo de R\$ 12.160,58, apresentam históricos de saldos pendentes de conciliação (peça 66 – fl. 07).

À fl. 09 da peça 66 foi encaminhada planilha com valores pendentes de lançamento/apuração, relacionados a processos administrativos. Porém, não foram correlacionados os processos com as pendências nas contas correntes

mencionadas neste item. Além disso, não foi indicada em que fase de apuração encontra-se o processo administrativo PAN nº 02/1381/2022, mencionado no item seguinte.

Por fim, no Quadro Auxiliar das disponibilidades Financeiras do exercício de 2023 - Quadro I do Modelo 2 que esses valores permanecem pendentes de regularização, inexistindo nota explicativa para regularização (Processo TCE/RJ n.º222.692-7/2024 – peça 14).

Diante do exposto, serão solicitados novos esclarecimentos no item 2, também relativo às pendências nas conciliações bancárias.

2) Quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.478.278,61;

Resposta (peça 72 – fls. 04/05): A Jurisdicionada informa que, ao assumir a gestão deste RPPS, tomou ciência pelo setor contábil e financeiro acerca da ausência da baixa de valores que saíram das contas do Instituto, para fins de pagamento de RST, restituição de auxílio-doença, auxílio maternidade, gratificações temporárias que não compunham o cálculo dos proventos.

Estes valores teriam sido consignados sob a rubrica “débitos de exercícios anteriores” equivocadamente, pois eram saldos pendentes de correções, conforme demonstra documento anexo

| | | | | | |
|--|--------|------------------------------|---------------|------|------|
| Banco: saldos a corrigir conta administrativa 17-0 caixa Agência: 0000 | | | | | |
| anos anteriores | | | | | |
| 111110601000019 | 01 - 0 | saldos pendentes de correção | 3.903.800,35 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 3.903.800,35 | 0,00 | 0,00 |
| Banco: saldos a corrigir conta mesquitaprev 5-6 caixa Agência: 0000 | | | | | |
| anos anteriores | | | | | |
| 111110601000020 | 02 - 0 | saldos pendentes de correção | 20.566.731,75 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 20.566.731,75 | 0,00 | 0,00 |
| Banco: saldos a corrigir ITAU S/A 55479-2 Agência: 0000 | | | | | |
| anos anteriores | | | | | |
| 111110601000028 | 03 - 0 | saldos pendentes de correção | 12.160,58 | 0,00 | 0,00 |
| | | | 12.160,58 | 0,00 | 0,00 |

Informa que a contadora que compunha o quadro de efetivos à época, somente registrou que havia valores (saídas) pendentes de registro contábil, mas não tomou nenhuma providência.

Visando apurar a veracidade dos fatos e respectiva responsabilidade, a atual gestora abriu processo administrativo (PAN nº 02/1381/2022) e solicitou aos responsáveis pelo setor contábil, administrativo e financeiro, a localização de todos os processos, documentos, registros e/ou afins pertinentes ao montante apontado, com o devido acompanhamento do Controle interno.

Aduz que até a presente data já foram localizados e identificados pagamentos da época que, somados já montam R\$ 22.692.409,55, valor que se aproxima da quantia que vem sendo objeto de apuração, conforme demonstram documentos e planilhas anexa, corroborando assim, para a assertiva de que a diferença decorre de erro operacional/administrativo (valores pagos – saída financeira) – sem a respectiva baixa na contabilidade.

Assim, informa que estão sendo providenciadas por esta gestão as medidas eficazes com vistas ao ajuste contábil não efetuado à época própria para sanar definitivamente o questionamento.

Análise: Verificamos que foram encaminhados o resumo das contas bancárias, conciliações bancárias e Planilha de valores pendentes de lançamento e apuração no total de R\$ 22.692.409,55. Diante da resposta, entendemos que estão sendo tomadas providências para o saneamento dos valores de exercícios anteriores, porém seria de bom alvitre, contabilizar os itens já checados, apresentando documentação comprobatória, uma vez que essas pendência permanecem contabilizadas no exercício de 2023.

| MODELO 2 | | | | | | |
|---|----------------|---------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| QUADRO AUXILIAR DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | | | | | | |
| Órgão: INST. DE PREV. DOS SERV. PÙB. DE MESQUITA - MESQUITAPREV | | | Município: MESQUITA | | Exercício: 2023 | |
| Banco | Conta Bancária | Saldo em 31/12 conforme extrato (R\$) | Débitos (R\$) | | Créditos (R\$) | |
| | | | (B) | (C) | (D) | (E) |
| | | (A) | Anteriores ao Exercício de 2023 | Relativos ao Exercício de 2023 | Anteriores ao Exercício de 2023 | Relativos ao Exercício de 2023 |
| CAIXA | 000005-6 | R\$ 0,00 | R\$ 20.566.731,75 | | | R\$ 20.566.731,75 |
| CAIXA | 17-0 | R\$ 0,00 | R\$ 3.903.800,35 | | | R\$ 3.903.800,35 |
| BANCO DO BRASIL | 90-30-6 | R\$ 20.566,73 | | | | R\$ 20.566,73 |
| ITAU | 55479-2 | R\$ 0,00 | R\$ 12.160,58 | | | R\$ 12.160,58 |

Fonte: Quadro das Disponibilidades Financeiras do exercício de 2023, peça 14. Processo TCE/RJ n.222.692-7/2024.

Será item de pedido de documentação na conclusão da presente instrução.

3) Quanto ao montante de R\$ 213.707.007,47 registrado no Ativo Financeiro não está em consonância com o correspondente registro de R\$ 230.555.788,82 evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, resultando uma divergência de R\$ 16.848.781,35;

Resposta: (peça 72 – fls. 05/07) A Jurisdicionada esclarece que a contabilidade do Instituto verificou que o Tribunal utilizou o valor de R\$ 42.626.822,10 (Quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e dez centavos) evidenciando na tabela pela letra “(E) Outros créditos a Receber a Valores a Curto Prazo”, como uma conta de atributo “F – financeiro”, quando, na verdade tal conta tem atributo “P – Permanente”. A esse respeito a Contabilidade, no quadro abaixo, detalha a composição do referido item “(E) Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”, como segue:

| Plano de Contas do Balanço Patrimonial | Classificação | R\$ |
|--|--|----------------------|
| 1.1.2.1.2.05.01.00.00 | Contribuições do RPPS a Receber | 18.164544,56 |
| 1.1.2.1.2.05.01.00.00 | Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo – intra – OFF | 24.462.277,56 |
| Total | | 42.626.822,10 |

Aduz que, o Corpo Técnico do Instituto entende que estas contas não compõem o Ativo Financeiro (atributo) “F”, tendo em vista que não houve entrada financeira desses recursos, apenas representam Direitos a Receber da Autarquia, compondo um conjunto de contas, como já foi dito anteriormente, com atributo “P”. Sendo assim, não podem ser incluídas no Ativo Financeiro e, neste sentido, pedimos a aceitação desta Corte de Contas sobre esta divergência.

Continua afirmando que a diferença real apurada, quando excluído o valor R\$ 42.626.822,10 (quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e dez centavos) é de R\$ 25.778.040,75 (vinte e

Cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos).

Esclarece que, o Corpo Técnico do Instituto verificou que este valor foi consequência de um lançamento errôneo que influenciou o Balanço Patrimonial – Demonstrativos dos Ativos e Passivos Financeiros, onde incluiu nos investimentos temporários um aumento de R\$ 25.778.040,75 (Vinte e Cinco Milhões, setecentos e setenta e oito mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos), acumulados até o Exercício Financeiro de 2022, onde o correto era contabilizar nas Variações Patrimoniais, pois trata-se de desvalorização da carteira de investimento, conforme demonstrado abaixo:

| | Valor Correto | Valor Lançado no Demonstrativo | |
|---|----------------|--------------------------------|---------------|
| Ativo | | | Diferença |
| Caixa ou Equivalente a Caixa | 24.484.080,55 | 24.484.080,55 | 0,00 |
| Investimentos Temporários a Curto Prazo | 163.444.886,17 | 189.222.926,92 | 25.778.040,75 |
| | 187.928.966,72 | 213.707.007,47 | 25.778.040,75 |

Após identificar a inconsistência, estas foram corrigidas no exercício financeiro de 2023, conforme demonstrado abaixo:

| Nº de Lançamento | R\$ |
|------------------|---------------|
| 7020 | 14.842.512,75 |
| 7019 | 10.907.328,28 |
| 7018 | 28.199,72 |
| Total | 25.778.040,75 |

Sendo assim, solicita o entendimento do Tribunal, quanto a este erro material, reiterando que foi corrigido no ano posterior, seguindo Notas Explicativas do Lançamento Contábil, confirmando o que foi dito acima.

Análise: Conforme se verifica no Balancete Analítico (peça 03 – fl. 01), de fato, o saldo de Outros Créditos a Receber foi incluído na tabela 8 (peça 61) de forma equivocada.

Foram encaminhadas cópias das três Notas Explicativas do Lançamento Contábil, com data de 01/06/2023, no valor total de R\$ 25.778.040,75, referentes a Desvalorização Financeira decorrentes de transações do RPPS, ocorridas no exercício financeiro de 2022 que foram regularizadas em 2023 (peça 67). **Sendo assim, iremos dar por saneado o presente item.**

4) Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

| Contribuição | Anexo 10 (R\$) | Modelo 34 e 35 (R\$) | Diferença (R\$) |
|--------------|----------------|---|-----------------|
| Patronal | 17.180.018,91 | 10.547.140,37 + 1.558.175,18 = 12.105.315,55 | 5.074.703,36 |
| Servidor | 7.816.088,78 | 7.186.855,65 | 629.233,13 |

Resposta: (peça 72 – fls. 07/08) A Jurisdicionada afirma que a diferença apontada se explica porque nos modelos 34 e 35 são lançadas as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício de 2022, enquanto no Anexo 10, foram computadas também as contribuições que deixaram de ser repassadas em 2021 e foram repassadas no exercício seguinte (2022).

Esclarece que tal fato pode ser comprovado através do Demonstrativo de Receitas do Exercício 2022 (**peça 68**), onde se verifica também os ingressos das contribuições referentes ao exercício de 2021, destacados nos documentos. Verifica-se que equivale a diferença apontada por esta Egrégia Corte. Isto significa que em 2022 também foram repassadas contribuições que estavam em aberto em 2021, daí a diferença de valores.

Finaliza que, assim comprovado que a diferença se refere tão somente a lançamentos de diferentes competências (no Anexo 10 foram computadas as arrecadações de 2022 e também 2021, enquanto nos modelos 34 e 35, há orientação no próprio documento de lançar somente contribuições que ingressaram dentro do período de 2022.

Análise: O Jurisdicionado apresentou o Demonstrativo de Receitas do Exercício 2022 (**peça 68**), no qual iremos fazer o somatório das receitas dos repasses das contribuições, referente ao exercício de 2021, a fim de elucidar as diferenças, conforme abaixo:

Contribuições Patronais/2021: R\$ 5.181.292,22

Contribuições do Servidor/2021: R\$ 604.908,65

Do somatório acima temos o presente quadro:

| Contribuição | Anexo 10 (R\$) | Listagem de Lançamento de Receitas (peça 68) | Diferença (R\$) |
|--------------|----------------|--|-----------------|
| Patronal | 17.180.018,91 | 17.169.445,60 | 10.573,31 |
| Servidor | 7.816.088,78 | 7.810.472,78 | 5.616,00 |

Na peça 69 não estão sendo consideradas as contribuições previdenciárias patronal e do servidor – Poder Legislativo, de R\$ 10.573,31 e R\$5.616,00, respectivamente (peça 04), o que nos dá um total de R\$17.180.018,91 e R\$ 7.816.088,78, de acordo com o Anexo 10.

Sendo assim, iremos dar por saneado o presente item.

5) Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

Resposta/Análise: (peça 72 – fl. 08) A Jurisdicionada informa que o Demonstrativo da Dívida Flutuante é um anexo da Lei Federal 4.320/64, onde retrata a dívida de curto prazo de um Ente da Federação. As Contribuições dos Servidores retidas são receitas do Instituto e por conta disso, não são evidenciadas no anexo 17 da Lei 4.320/64, razão da ausência de registro indagada.

Afirma ainda que, via de regra, o anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante é um demonstrativo para evidencia a dívida de curto prazo do MesquitaPrev e as contribuições de servidores retidas em folha de pagamento são receitas orçamentárias da Autarquia, que não transitam por contas de despesas evidenciadas no anexo 17.

Análise (peça 72): Diante da resposta do Jurisdicionado, verificamos que as contribuições dos servidores foram contabilizadas no Anexo 10 (**peça 04**) e a patronal nos Anexos 10 e 11 (**peças 04 e 05**). Os valores das contribuições patronal e Servidor, contabilizadas nos Anexos 10 e 11, se coadunam com o apresentado no Demonstrativo das Contribuições repassadas ao RPPS no que diz respeito aos servidores integrantes do seu quadro de pessoal, Modelos 36 e 37 (**peças 34 e 35**).

Contudo, é preciso considerar que a Demonstração da Dívida Flutuante demonstra em linhas gerais a dívida de curto prazo, compreendendo, segundo

a Lei 4.320/64, os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os depósitos (consignações, cauções e outros depósitos) e os débitos de tesouraria. O art. 145, §1º do Decreto nº 93.872/1986, prescreve:

Art. 115. A dívida pública abrange a dívida flutuante e a dívida fundada ou consolidada.

§ 1º A dívida flutuante compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária, assim entendidos:

- a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- b) os serviços da dívida;
- c) os depósitos, inclusive consignações em folha;**
- d) as operações de crédito por antecipação de receita;
- e) o papel-moeda ou moeda fiduciária.

Por sua vez, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público do exercício de 2022 prevê a obrigatoriedade do registro da retenção da contribuição previdenciária do servidor:

| Conta | Título | Função | PCASP RPPS |
|-----------------|--|---|------------|
| 2.1.8.8.2.01.01 | RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS | Registra o valor das retenções procedidas em pagamentos a servidores a ser recolhido ao RPPS do servidor. | sim |

Item saneado. Entretanto, a ausência de registro das contribuições previdenciárias dos servidores, retidas e repassadas dentro do exercício, na Demonstração da Dívida Flutuante será considerada na proposta de encaminhamento na conclusão do presente processo.

6) Quanto não ter ocorrido arrecadação à título de compensação previdenciária no exercício de 2022, uma vez que o RPPS possui convênio com a COMPREV (conforme Estudo Atuarial à Peça n.º 24);

Resposta (peça 72 – fls. 08/09): O Jurisdicionado informa que, de fato o convênio foi firmado em 2022, mas há uma série de requisitos a serem cumpridos até o efetivo recebimento. Na sequência foi exigido que as partes firmassem o Termo de adesão com a DATAPREV, responsável por operacionalizar a COMPREV. Somente com o sistema DATAPREV operando é possível o lançamento de processos para receber a compensação.

Esclarece, ainda, que os processos foram lançados imediatamente no sistema, todavia há uma sequência de procedimentos que antecedem o recebimento da receita, como a análise de documentos enviados por analistas da DATAPREV que tramitam por diversos setores.

Aduz que a legislação estabelece os prazos para análise dos requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores, a saber em até 1080 (mil e oitenta) dias no ano de 2022, sendo reduzido o período a partir de janeiro de 2023 para 540 dias - artigo 4º, da Portaria SEPRT/ME nº 15.829/2020, concluindo que o prazo para o ingresso da receita do COMPREV ainda não teria se esgotado.

Ressalta que a análise e pagamento do COMPREV, obedece a ordem cronológica de Requerimentos e cumprimento da obrigação de pagar de outro ente (RGPS ou RPPS), fatos que independem do gestor.

Informa, ainda, que para comprovar que a gestão tem sido diligente e responsável, segue anexo **(peça 70)** Relatório emitido pelo próprio sistema DATAPREV, onde é possível verificar que há 102 processos em análise cujo recebimento provavelmente ocorrerá na próxima PCA.

Encerra, afirmando que foram tomadas todas as providências para o recebimento do COMPREV, desde o convênio e Termo de Adesão com a DATAPREV com os respectivos requerimentos e recebimentos, estando este RPPS dentro do prazo legal, previsto para o ingresso conforme Portaria SEPRT/ME nº 15.829/2020.

Análise: Verifica-se, pelos números apresentados, que o jurisdicionado vem tomando providências, porém com baixa efetividade até o presente momento, visto que, os processos são de mão dupla e com procedimentos a serem observados por ambos os regimes (RGPS/RPPS), procedimentos esses, que não temos como comprovar as responsabilidades individuais de cada regime, conforme as evidências documentais juntadas nos autos restando, porém, evidência quanto à morosidade da finalização dos processos de compensação previdenciárias, traduzida na demora na abertura dos requerimentos abertos no COMPREV – anos de 2022/2023 (peça 70 – fls. 05/06), bem como pela ausência de receitas com a referida fonte de recursos, bem como, ainda que, tenhamos ciência do novo sistema do COMPREV.

Todavia, considerando que foram abertos 102 processos no COMPREV, de um universo de 191 aposentados no MESQUITAPREV (peça 24, fls.63/65), conclui-se que foram adotadas providências administrativas em 2022 para o recebimento das receitas de compensação previdenciária. **Item saneado.**

7) Quanto aos gastos com despesas administrativas no valor de **R\$ 984.818,84** ter ultrapassado os parâmetros estabelecidos pela legislação do RPPS (que fixa em 1% para Taxa Administrativa), cujo valor limite foi de **R\$ 812.260,89**.

Resposta: Esclarece o Jurisdicionado que o valor da taxa administrativa apontado acima, no valor de R\$ 812.260,89 está correto. Todavia os gastos com despesas administrativas no exercício de 2022 totalizou R\$ 782.773,94 com sobra para o exercício seguinte, inclusive de R\$ 172.557,94, e, portanto, não ultrapassou os parâmetros legais, conforme os documentos anexos.

Informa que o valor apontado pela Egrégia Corte no importe de R\$ 984.818,84, como sendo despesas administrativas está equivocado, pois este montante se refere a relação de despesas empenhadas com a taxa administrativa e não às despesas efetivamente pagas, conforme comprova documentos anexos (Modelo 13 – Demonstrativo de Despesas, Demonstrativo de Empenhos (peça 71).

Análise: A Lei Municipal n.º 1118/2019 alterou a Lei n.903/2015 (peça 19), fixando a taxa de administração para a manutenção do RPPS em 1%:

(...)

Ressalta-se que a Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, trouxe inovações a respeito da taxa de administração dos RPPS, alterando o art. 15 da Portaria MPS nº 402/2008, cabendo adequações pelos órgãos competentes até 31 de dezembro de 2021.

No sítio do Ministério do Trabalho e Previdência/Secretaria de Previdência, foram apresentados os seguintes apontamentos <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico->

[publico/destaques/portaria-seprt-me-no-19-451-de-18-de-agosto-de-2020](#)), a seguir transcritos:

(...)

Para a cobertura das despesas administrativas dos RPPS, o limite da taxa de administração era de até 2% das remunerações dos servidores, aposentados e pensionistas do exercício anterior (art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 2008), parâmetro não estava adequado às normas de atuária dos RPPS (Portaria MF nº 464, de 2018), que prevê que o custeio administrativo deve ser somado à contribuição para cobertura dos benefícios e ter a mesma base de incidência (remuneração dos servidores). Além disso, não havia uniformidade no custeio dessas despesas (podendo ser por aporte ou percentual não somado às contribuições) e o limite não levava em conta o porte dos RPPS. Por outro lado, a norma vigente não direcionava esses recursos para aspectos voltados à uma maior profissionalização e governança dos regimes.

Assim, a nova Portaria SEPRT nº 19.451 passa a prever que a taxa de administração será sempre um percentual adicionado às contribuições do regime, vincula os limites de gastos aos percentuais arrecadados com essa finalidade e inaugura uma regulação proporcional à complexidade dos RPPS, aumentando os limites para os pequenos e médios regimes e reduzindo para os grandes, tendo por fundamento a divisão dos RPPS por grupo do Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS - ISP-RPPS. Autoriza ainda, que a taxa seja acrescida em 20% para as despesas com a certificação institucional do RPPS no Pró-Gestão e para certificação profissional de seus dirigentes e conselheiros.

Novos valores da Taxa (s/ base de contribuição dos servidores ativos):

- a) até 2,0% para os RPPS de Estados/DF, indo até 2,4% (c/ Pró-Gestão e certificações);*
- b) até 2,4% para os RPPS de Grande Porte, indo até 2,88%;*
- c) até 3,0% para os RPPS de Médio Porte, indo até 3,6%;*
- d) até 3,6% para os RPPS de Pequeno Porte, indo até 4,32%.*

Os recursos que forem sendo recolhidos deverão ser separados dos destinados ao pagamento de benefícios e acumulados e podem ser usados também para manutenção e melhorias do patrimônio ou de bens vinculados ao RPPS, desde que garantida sua viabilidade econômica.

A contratação de assessoria ou consultoria, deverá ter por escopo atividades que contribuam para a melhoria da gestão, dos processos e dos controles do RPPS, não podendo substituir as atividades decisórias e as despesas com esses serviços passam a ter, como parâmetro geral, limite de gastos de 50% da taxa de administração, sendo estabelecido prazo de transição para adequação dos contratos firmados, até 31 de dezembro de 2021.

(...)

O Município de Mesquita é classificado como de médio porte, consoante o relatório do indicador de situação previdenciária.

(...)

10. Custeio Administrativo

O custeio administrativo situa-se previsto em lei na alíquota de 3%, dado que o RPPS possui Perfil I conforme previsto nas Portarias da SPREV.

(...)

Por essa razão, na apuração dos parâmetros previstos em lei, aplica-se os percentuais previstos no art. 84, inciso II, alínea c, da Portaria 1.467/2022:

(...)

II - previsão em lei do ente federativo dos seguintes percentuais máximos de taxa de administração, apurados com base no exercício financeiro anterior:

a) ...;

b) ...;

c) de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

Isto posto, iremos verificar o item abaixo de acordo com a norma que rege a matéria: 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas

| Descrição | Valor em R\$ |
|---|---------------|
| Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (Extraído do Modelo 12 -peça 25) (A) | 81.226,089,84 |
| Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa de Administração % (B) | 2,30% |
| Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A*B) | 1.868.200,07 |
| Despesas Administrativas – peça 26 (D) | 984.818,84 |
| Sobra de gastos do Exercício (E = C-D) | 883.381,23 |

3,0% (três por cento) para os RPPS aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores

| Descrição | Valor em R\$ |
|---|---------------|
| Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (Extraído do Modelo 12 -peça 25) (A) | 81.226,089,84 |
| Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa de Administração % (B) | 3,00% |
| Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A*B) | 2.436.782,70 |
| Despesas Administrativas – peça 26 (D) | 984.818,84 |
| Sobra de gastos do Exercício (E = C-D) | 1.451.963,86 |

(...)

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

Da leitura dos elementos encaminhados pela Responsável, verifico que não restaram saneados todos os questionamentos solicitados por este Tribunal de Contas, restando pendente esclarecimento quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores.

Desse modo, no intuito de impulsionar o feito, e considerando o procedimento previsto no Artigo 248 do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023,

COMUNIQUE-SE à Sra. Cátia da Silva Ferraz, Presidente do Diretoria-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, desde o exercício de 2021, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência desta decisão, apresente o esclarecimento abaixo discriminado e seja alertada de que a ausência do elemento solicitado poderá comprometer a análise de mérito das Contas de Gestão sob sua responsabilidade:

- Quanto às providências para regularização dos débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.478.278,61, apresentando documentação comprobatória.

GCS-3,

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro Substituto